



Utopia é Semente: Notas sobre a Sociedade Almejada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

Cyntia Nataly Malcher Bezerra^[1]

cyntiamalcher.rp@gmail.com

Resumo: Este artigo investiga em que consiste a proposta do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) e que tipo de discursos são disseminados por este movimento. O MST trata-se de um movimento social que reivindica uma reforma agrária contestando as práticas da atual sociedade brasileira. Realizou-se um estudo comparado de documentos disponibilizados pelo MST com a obra *Utopia* de Thomas More, bem como algumas obras dos filósofos Michel Foucault, Karl Mannheim, Marilena Chauí e Ernst Bloch em relação ao conceito de utopia. Em geral, constatou-se que o MST dissemina discursos contra-hegemônicos que ambicionam um amplo plano de mudanças para a sociedade brasileira, no sentido de acionarem outras possibilidades para construir uma realidade mais justa, plural e humanizada.

Palavras-chave: Utopia; Utopia do MST; Análise do Discurso; Discurso contra-hegemônico.

Utopia is a Seed: Notes on the Society Desired by the Landless Rural Workers Movement

Abstract: This article investigates what the Movement of the Landless Rural Workers (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST) proposes and what kind of discourses are disseminated by this movement. The MST is a social movement that claims agrarian reform by contesting the practices of the current Brazilian society. A comparative study was carried out of documents made available by the MST with Thomas More's *Utopia*, and the works of the philosophers Michel Foucault, Karl Mannheim, Marilena Chauí and Ernst Bloch on the concept of utopia. In general, it was found that the MST disseminates counter-hegemonic discourses that aim to bring about a wide-ranging plan of change for Brazilian society, in the sense of activating other possibilities to construct a more just, plural and humanized reality.

Key Words: Utopia; MST's Utopia; Speech analysis; Counter-hegemonic discourse.

[1] Investigadora em Comunicação e Cultura. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – ULISBOA.

Introdução

O *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* (MST) é um movimento social de grande expoência no Brasil, que, conforme apontado em seu *site* oficial, tem como objetivos principais a luta pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país. Em linhas gerais, contesta o molde de desenvolvimento praticado nas sociedades regidas pelo sistema capitalista, condenando o latifúndio e o modelo de produção agrícola voltado para os interesses mercantis, por acreditar ser este um promotor de desigualdade social, prejudicial ao meio ambiente e à vida como um todo no planeta.

Ao deter uma atenção cuidadosa sobre os documentos, mobilizações e objetivos do movimento, é possível presumir que, embora ele tenha por eixo central a luta por questões rurais, o mesmo incorpora dimensões que extrapolam esse segmento, aspirando largas mudanças em toda a estrutura social com vista a uma alternativa assentada em princípios socialistas. Tomando por hipótese que o MST dissemina discursos contra-hegemônicos e utópicos, este artigo se deteve a analisar pontos que elucidem se este

aspecto se confirma, e, em caso positivo, traduzir o que isso representa, revelando, inclusive, que tipo de sociedade é almejada pelo movimento.

O método utilizado privilegiou a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e o estudo comparado. Como foco principal de investigação, tomou-se a análise de arquivos oficiais que apontam as diretrizes do movimento – sendo estes a *Proposta de Reforma Agrária Popular do MST* e a *Cartilha do Programa Agrário* – à luz da obra clássica *Utopia* de Thomas More, assim como de teóricos que tratam o tema da utopia como Michel Foucault, Karl Mannheim, Marilena Chauí e Ernst Bloch.

MST: o Levante Popular que Vem do Campo

O *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* (MST) surgiu na Região Sul do Brasil no final da década de 70, a partir do esforço de organização de pequenos agricultores em prol da luta pela reforma agrária. Na época, esses agricultores enfrentavam um mal-estar em virtude da concentração fundiária e da mecanização da produção agrícola (Vargas, 2006, p. 34). Assim, foi na luta organizada que viram



uma forma de enfrentamento dessas mazelas.

A modernização da atividade agrícola impulsionada pelas políticas do governo militar no Brasil, na década de 70, provocou um brusco desequilíbrio nas relações existentes no cenário rural, pois esvaziou a função de grandes contingentes populacionais camponeses, em sua maioria composto por famílias arrendatárias, pequenos agricultores e posseiros do sul do país, que não tinham como se adaptar às exigências da nova lógica de produção (Morissawa, 2001, p.120).

Morissawa afirma que a construção da hidrelétrica de Itaipu foi outro fator responsável por intensificar o êxodo rural no estado do Paraná:

Parceiros, posseiros e arrendatários já sofriam um processo de expulsão devido à mecanização da agricultura. Para piorar a situação, a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu levou à desapropriação de mais de 12 mil famílias de oito municípios do extremo oeste do estado (Morissawa, 2001, p.121).

Diante desse impasse, as opções encontradas por essa mão-de-obra expulsa do campo foi a de migrar para os centros urbanos a fim de ocupar as vagas na indústria, mudando radi-

calmente a sua vida e rotina, ou a de passar a ocupar as fronteiras agrícolas sugeridas no projeto de colonização^[2] do Governo Federal, que compreendiam estados como Rondônia, Pará e Mato Grosso. Dadas as tentativas fracassadas de adaptabilidade em ambas as alternativas, em razão da seguinte crise na indústria ou mesmo pela dificuldade de viver em outras regiões, a escolha encontrada pelos camponeses foi a de retornar aos espaços de origem no sul do país e promover um movimento de enfrentamento ao projeto neoliberal (Stedile & Fernandes, 1999, p.16).

Além desta questão de natureza socioeconômica, outros dois agentes apontados como de significativa influência para o surgimento do MST foi a inspiração das lutas pela terra no Nordeste do Brasil, promovidas pelas Ligas Camponesas^[3] e também graças

[2] O governo militar em vista de incorporar o território amazônico ao resto do país, evitando assim as temidas perdas de território, sob o lema “integrar para não entregar” realizaram políticas de estímulo à ocupação de áreas de baixa demografia na Amazônia brasileira. Doutrina de Segurança Nacional.

[3] Foi um importante movimento em prol da reforma agrária no país antes da instauração da Ditadura Militar do Brasil, que mobilizou milhares de pessoas em torno das palavras de ordem “na lei ou na marra” e “terra ou morte”. Vista como ameaça pelos militares, terminaram sendo extintas após terem seus simpatizantes

ao trabalho pastoral da igreja católica e da igreja luterana, que exerceram determinante colaboração na concepção ideológica do movimento, realizando um trabalho de conscientização dos camponeses sobre seus direitos, estimulando-os a lutarem pela construção de uma sociedade mais justa (Stedile & Fernandes, 1999, p.16).

Como Stedile e Fernandes mencionam, “A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: “Espera que tu terás terra no céu”. Pelo contrário, passou a dizer: “Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra” (1999, p.20). Essa atuação da igreja católica se deve à então emergente Teologia da Libertação^[4]. Cabe destacar como realização expressiva dessa corrente a criação, em 1975, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que, embora inicialmente voltada para a defesa dos posseiros no centro-oeste e Norte do Brasil, se configurou logo, em tempos de regime militar, como

e membros presos e assassinados (Montenegro, 2012, pp.394-395).

[4] É uma corrente teológica cristã originada na América Latina após o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, que prevê uma leitura das Escrituras Sagradas com vista à defesa dos pobres e oprimidos e combate às injustiças econômicas, políticas e sociais (Camilo, 2011).

aliada importante do MST nas lutas e pressões em prol da reforma agrária.

A ocupação da Fazenda Macali, localizada no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, no dia 7 de setembro de 1979, é considerada como o marco embrionário do MST. É importante esclarecer que existe um cuidado por parte dos militantes do movimento em mencionar que este foi uma espécie de centelha que, posteriormente, deu início a toda uma sequência de lutas pelo país, o que evidenciava que o anseio pela reforma agrária extrapolava e muito as fronteiras da Região Sul onde teve origem (Morissawa, 2001, p.123).

Caldart menciona que o movimento contou com um período de gestação até a fundação oficial em 1984, durante um evento.

O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná (Caldart, 2001, p. 207).

Conforme apontamento fornecido na sua página eletrônica (<https://mst.org.br/>), atualmente o *Movimento Sem Terra* tem atuação em 24 estados



nas cinco regiões do país. Estima-se que pelo menos 350 famílias já tenham conquistado a terra por meio da luta dos trabalhadores rurais. Mas a conquista de um lugar para viver e cultivar é só a primeira luta, seguida dela vêm muitas outras para garantir a permanência no campo, como a conquista de infraestruturas básicas de saneamento, eletricidade, saúde e educação.

Utopia: reflexões sobre a delimitação do conceito

Desde a publicação da célebre obra de Thomas More, o vocábulo utopia passou a ser amplamente utilizado, mas é importante assinalar que a criação do neologismo não marca a existência do conceito no mundo, nem mesmo acerca do que o entende como gênero literário. Afinal, produções que lhe são anteriores como a *República de Platão* ou a descrição da idade do ouro nos poemas de Virgílio e Ovídio já traziam a exposição literária de um lugar onde existe uma sociedade perfeita e feliz (Chauí, 2016, p. 29). Porém, é inquestionável que após o termo ser cunhado no romance inglês, uma onda de atenção ao tema foi inaugurada.

Os usos e discussões suscitadas ao longo do tempo sobre o conceito de *utopia* lhe conferiram diferentes entendimentos e delimitações. Criada a partir do radical grego *tópos*, que significa lugar, com a junção do prefixo “u”, que implica o sentido de negação, a palavra idealizada por More, segundo ele próprio, tinha por intenção referir-se a “lugar nenhum” (Chauí, 2016, p. 30).

Chauí afirma que “O significado negativo da palavra utopia indica o traço definidor do discurso utópico, qual seja, o não-lugar é o que nada têm em comum com o lugar em que vivemos, a descoberta do absolutamente outro, o encontro com a alteridade absoluta” (Chauí, 2016, p. 30). A autora também pondera que logo foi somado ao significado do vocábulo também o caráter positivo, referindo-o como o “bom lugar”. A partir dessa ponderação, ela então situa utopia como uma orientação que inspira a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa, ou seja, que não está esvaziado em si mesmo como mero devaneio.

É pertinente sublinhar que Marx e Engels manifestaram uma posição contrária às utopias. Este último, inclusive, deteve uma longa discussão sobre o tema na sua obra *Socialismo*

Utópico e Socialismo Científico (Chauí, 2016, p.31). Embora os idealizadores do marxismo tenham rejeitado o atrelamento da corrente ao conceito de utopia, no século XX, um dos principais filósofos marxistas, Ernst Bloch (1946), trouxe um importante contributo ao defender a funcionalidade da utopia para o marxismo.

Para defender sua tese, Bloch distingue o sonho noturno do sonho diurno, sendo este último o sonhado durante o estado desperto, numa referência de que a natureza da utopia seria justamente essa, isto é, de ser um sonho concebido em pleno gozo de consciência. Ele destaca, assim, que os objetos imaginados nesse estado de abstração tendem a se converter numa busca concreta, e é justamente nesse facto que se apoia o valor das utopias, como fica explícito no excerto a seguir:

E, acima de tudo, fica claro aqui: ao contrário do “sonho” noturno comum, o devaneio pode conter, se necessário, a fundação, e em vez de ócio, levar a ação – que também ocorre aqui, sem dúvida –, pode conter um impulso incansável para alcançar o que a fantasia pintou (Bloch, 1947, p.65)^[5].

[5] “Y sobre todo, se pone aquí de manifiesto: a diferencia del sueño corriente nocturno, la ensoñación puede contener, dado el caso, médula, y en lugar del ocio, la enervación-que

Manifestando contrariedade à crítica de desmerecimento das utopias, Bloch afirma que os sonhos diurnos estão longe de serem elucubração, uma vez que, são engendrados num estado de completa lucidez, em que não há qualquer alucinação que não seja imposta livremente e que possa ser cessada (Bloch, 1947, p.65). De tal modo, defende que a utopia está longe de ser algo de carácter ilusório, ou seja, vazio de sentido e, portanto, inútil.

Partilhando da mesma compreensão, Mannheim entende como utópico o estado de espírito que se apresenta como incongruência à realidade em que ocorre, e que, sobretudo, é promotor de mudanças legítimas no atual contexto ou em um contexto futuro. Dessa forma, para ele são referidas “como utópicas somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, se se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento” (Mannheim, 1968, p. 144).

Assim, Mannheim sustenta o carácter revolucionário da utopia, enquanto

también aquí se da, sin duda-, puede contener un impulso infatigable dirigido a lograr lo que la fantasía ha pintado” (Bloch, 1947, p.65). Tradução Nossa.



força capaz de promover a ruptura na ordem vigente. Segundo o sociólogo, ao possibilitar o reconhecimento dos problemas e falhas de uma sociedade e, em concomitância, inspirar em seu seio o desejo por mudança, a utopia pode ser entendida como uma potência dialética que orienta a superação de uma realidade tortuosa para a edificação de outra melhor em seu lugar.

Para Mannheim, a recepção das utopias é sempre marcada por uma forte resistência. Como o autor afirma, são frequentes as tentativas da ordem dominante de manter tais ideologias em descrédito e taxá-las como absurdas, pois assim resguardam a perpetuação do poder hegemônico, como é possível notar no fragmento a seguir:

Em consequência, os representantes de uma dada ordem não adotaram em todos os casos uma atitude hostil para com as orientações que transcendessem a ordem existente. Antes, sempre pretenderam controlar estas ideias e interesses situacionalmente transcendentais, impossíveis de serem efetivados no quadro da ordem vigente, tornando-os, dessa forma, socialmente impotentes, de modo que tais ideias fossem confinadas em um mundo além da história e da sociedade, onde não pudessem afetar o *status quo* (Mannheim, 1968, p. 144).

Em uma leitura de Foucault sobre o tema, vemos que, embora ele reconheça e, inclusive, faça diversas ilustrações na sua obra sobre o caráter imaginativo da utopia, isso não é usado por ele como marcador de impossibilidade, e sim para mostrar, a partir de exemplos simples, que ela cumpre um papel fundamental de apontar a possibilidade de uma outra realidade. Assim, ele afirma:

Meu corpo é o lugar sem recurso ao qual estou condenado. Penso, afinal, que é contra ele e como que para apagá-lo que fizemos nascer todas as utopias. A que se deve o prestígio da utopia, a beleza, o deslumbramento da utopia? A utopia é um lugar fora de todos os lugares, mas um lugar onde eu teria um corpo sem corpo, um corpo que seria belo, límpido, transparente, luminoso, veloz, colossal na sua potência, infinito na sua duração, solto, invisível, protegido, sempre transfigurado; pode bem ser que a utopia primeira, a mais inextirpável no coração dos homens, consista precisamente na utopia de um corpo incorpóreo (Foucault, 2013, p. 8).

Foucault compreende as utopias como ideias de civilização que existem, existiram e sempre existirão em todas as sociedades. Como o filósofo afirma,

em toda a sociedade há utopias, as quais são precisas e reais, as quais podem ser situadas e medidas (Foucault, 2013, p.19). Para ele, a natureza delas está em atuarem justamente como *contraespaços*, que como esclarece no excerto seguinte, são espaços que se opõem a todos os outros, exercendo uma força de transmutação desses:

Há regiões de passagem, ruas, trens, metrô; há regiões de parada transitória, cafés, cinemas, praias, hotéis, e há regiões fechadas do repouso e da moradia. Ora, entre todos esses lugares que se distinguem uns dos outros, há os que são *absolutamente* diferentes: lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los. São como que *contraespaços* (Foucault, 2013, p.20).

Defende, portanto, ser mais correto que o conceito seja entendido como um “outro lugar” e não um “não lugar”, conforme dá conta o sentido etimológico da palavra utopia. E é neste entendimento que Foucault sugere a atribuição de uma nova palavra: heterotopia. A qual ele entende como lugares de contestação da ordem hegemônica de natureza mítica, ao mesmo tempo que reais. Assim, sim-

plesmente, espaços diferentes, mas jamais inexistentes (Foucault, 2013, p.21).

Foucault, acerca do caráter imaginativo das utopias, assegura que quando nos entram ideias na cabeça que nos põem a imaginar uma realidade outra, então, ela se coloca diante de nós como algo que pode se obter e pelo qual se tem pressa. Como o pensador cita, “(...) essas coisas que entram dentro da minha cabeça permanecem no exterior, pois vejo-as diante de mim e eu, por minha vez, devo me adiantar para alcançá-las” (Foucault, 2013, p. 10). Portanto, para o autor, o facto da utopia possuir essa natureza abstrata é justamente o que lhe agrega maior valor, pois faz dela um norte a ser perseguido.

Ambos os autores supracitados têm a concepção comum de que utopia é uma orientação de superação de uma dada sociedade e, em alguma medida, empenham-se em desconstruir a ideia, corriqueiramente atribuída, de que se trataria de um mero devaneio com possibilidades nulas de concretização, emprego que classificam como equivocado por se tratar de um claro esforço, por partes interessadas em manter o *status quo*, de anulação da força dialética contida nas utopias.



E é justamente nesta compreensão do conceito de utopia que se ampara este estudo.

Desbravando a sociedade almejada pelo MST

Após uma pesquisa exploratória nos arquivos compilados no *site* oficial do MST, disponível no endereço eletrônico: <http://www.mst.org.br/>, para o esforço desta pesquisa, optou-se por focar a atenção na *Proposta de Reforma Agrária Popular do MST* e na *Cartilha do Programa Agrário*, elaborados respectivamente, para o V Congresso do MST, em 2007 e o VI Congresso do MST, em 2014. Escolha que se deu por serem documentos que fornecem os fundamentos do Programa de Reforma Agrária Popular, principal frente de luta do movimento.

Acerca dos objetivos do MST, os documentos apontam o claro desejo de construção de uma nova sociedade, como se notam nos trechos destacados a seguir:

Construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias fazem parte de um am-

plu processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de propriedade da terra; de organização da produção e da relação do ser humano e natureza (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2010, p.43).

Nosso programa agrário busca mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo. Queremos contribuir de forma permanente na construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2013, p. 35).

Ambas as apresentações acerca dos objetivos do MST, mencionadas acima, contém um discurso que preza pela luta por um novo modelo de produção agrícola dentro de uma dimensão de luta maior, que ambiciona uma mudança na conjuntura social: com a adoção de relações de produção e trabalho que dão prioridade à vida e prevejam o uso sustentável dos recursos naturais e que extingam a desigualdade de classes e garanta iguais condições de acesso à moradia, educação, saúde, lazer e direitos a todas as pessoas. O movimento revela, des-

ta forma, o propósito em edificar um novo arranjo da sociedade.

No excerto a seguir, o MST indica os caminhos para tornar o projeto possível, afirmando que a luta por esta sociedade outra deve ser uma construção coletiva.

Um novo projeto de país que precisa ser construído com todas as forças populares, voltado para atender os interesses e necessidades do povo brasileiro. E, buscamos assim, com a luta pela reforma agrária popular, acumular forças, obter conquistas para os camponeses e derrotas para as oligarquias rurais, organizar e politizar nossa base social, ampliar e consolidar o apoio da sociedade à nossa luta. É dessa forma que iremos construir nossa participação nas lutas de toda a classe trabalhadora para construir um processo revolucionário, que organize a sociedade e um novo modo de produção, sob os ideais do socialismo (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2013, p.32).

A partir desta passagem se pode inferir que o MST tem o propósito de construir uma outra realidade social, no Brasil, com base em ideais socialistas, por estar convicto de que a atual não representa o melhor para o povo, uma vez que se encontra cooptada

para atender aos interesses das oligarquias. E para realizar essa empreitada, o movimento confia na união das forças populares, nas quais se insere, por sua parte, cumprindo o dever de lutar pela implementação da Reforma Agrária Popular.

O fragmento abaixo revela as condições de moradia e acesso aos serviços para o bem viver na sociedade:

O programa de reforma agrária para um novo projeto de agricultura popular deverá ser acompanhado por um amplo programa social, por parte do Estado, que garanta a toda a população do campo, as mesmas oportunidades de todos os brasileiros. 8.1. Implantação de um amplo programa de construção e melhoria das moradias no meio rural, conjugado com garantia de acesso à energia elétrica, de fontes de energia renováveis e alternativas, água potável, transporte público, serviços de informática e atividades culturais em todas as comunidades rurais. Bem como desenvolver nessas comunidades programas de saúde familiar preventiva. 8.2. Desenvolver um programa de democratização dos meios de comunicação de massa, para que as comunidades possam ter suas rádios comunitárias, acesso aos programas de TV comunitária, etc (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2010, p.45).



Deduz-se que, na sociedade almejada pelo MST, o Estado tem uma preocupação legítima com o povo constituindo-se como a garantia para a promoção de oportunidades iguais para todos. O campo é dotado das mesmas condições da cidade, isto é, de acesso pleno às infraestruturas, lazer e tecnologias que respeitem o meio ambiente. Os cidadãos desta comunidade têm amplo alcance aos meios de comunicação, porque nela já não se tolera que estes fiquem restritos às mãos de monopólios de mídia.

É possível identificar pontos de similaridade do projeto de sociedade do MST com a sociedade descrita por More em *Utopia* – e optamos pelo estudo comparado com esta célebre obra por entendê-la como um texto que revela as aspirações do homem que, no século XVI, já ansiava pela construção de núcleos sociais que teriam como pilares a igualdade e a justiça. Esta situação pode ser vislumbrada no trecho em que o autor menciona que a ilha possuía cidades grandes, magníficas e idênticas em projeção arquitetônica, nas quais se falava a mesma língua, praticavam-se os mesmos costumes e organização, e que eram regidas por semelhantes leis (More, 2014, p.50), descrição esta

que revela uma organização espacial fundamentada na igualdade, o que faz da ilha um lugar aprazível e confortável para todos os seus habitantes.

A passagem a seguir destaca as relações sociais e produtivas na sociedade almejada pelo MST, pondo a emancipação do trabalhador e bem-estar dos habitantes como questão soberana, em detrimento da subordinação à ordem do lucro praticado na sociedade atual.

Toda a produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação. a) Assegurar que a prioridade seja a produção de alimentos saudáveis, em condições ambientalmente sustentáveis, para todo povo brasileiro e para as necessidades de outros povos. b) Considerar que os alimentos são um direito humano, de todos os cidadãos e não podem estar submetidos a lógica do lucro. c) Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. d) Usar máquinas agrícolas apropriadas e adaptadas a cada contexto socioambiental, visando o aumento da produtividade das áreas agrícolas, do trabalho e da renda, em equilíbrio com a natureza. e) Promover as diversas formas de cooperação agrícola,

para desenvolver as forças produtivas e as relações sociais. f) Instalar agroindústrias no campo sob controle dos camponeses e demais trabalhadores, gerando alternativas de trabalho e renda, em especial para a juventude e as mulheres. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2013, p. 36).

Na sociedade vislumbrada pelo MST, os trabalhadores estão livres das relações de subordinação trabalhista e da alienação do seu trabalho, pois são eles próprios que controlam os meios de produção. O interesse de prover a necessidade alimentar da nação e de nações vizinhas é a máxima da produção agrícola, em vista de que a alimentação é um direito humano prioritário e, portanto, o lucro nunca deve lhe sobrepor. Além disso, existe uma preocupação em garantir boas condições para a permanência no campo.

Marca semelhante a isso se encontra na obra *Utopia*. Conforme descreve More, durante a ida ao mercado cada família adquire somente o que necessita e deseja, sem que para isso tenha que despendar qualquer quantia monetária ou compensação (More, 2004, p.63). De tal modo, revela-se que a ilha é um lugar onde as relações mercadológicas não são a prerrogati-

va, uma vez que, acima de tudo, se assegura que todos tenham o que precisam, porque é a vida que se constitui como prioridade absoluta.

A passagem seguinte traz a perspectiva das questões de educação e cultura na sociedade sonhada pelos militantes do MST:

O conhecimento deve ser um processo de conscientização, libertação e de permanente elevação cultural de todos e todas que vivem no campo. a) Garantir à população que vive no campo, o acesso aos bens culturais e o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis; b) Incentivar, promover e difundir a identidade cultural e social da população camponesa; c) Assegurar o acesso, a produção e controle dos mais diferentes meios de comunicação social no campo; d) Desenvolver a formação técnico-científica e política, de forma permanente, para todos que vivem no campo; e) Combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, orientação sexual, etc. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2013, p. 37)

Conforme se nota, o MST aspira uma sociedade onde o conhecimento seja um direito garantido, que



traga conscientização aos cidadãos, promovendo a sua elevação cultural e emancipação. Um lugar onde existe respeito às diferenças de gênero, idade, etnia, religião e orientação sexual, sendo desprezível qualquer tipo de violência e preconceito.

Essa valorização do acesso dos cidadãos ao saber também está presente na obra de More, quando relata que as crianças em Utopia são versadas em literatura e que os adultos cultivam o hábito regular da leitura por toda a sua vida (More, 2004, p.75). A tolerância é outra das práticas cultivadas em Utopia. Como o autor descreve, nas cidades que compreendem o território da ilha são praticadas diversas religiões. Alguns dos cidadãos cultuam o sol, outros a lua ou mesmo algum planeta (More, 2004, p.112).

Com o excerto seguinte se evidencia que o MST sonha construir uma sociedade moderna, tecnológica e sustentável.

A reorganização da produção agrícola brasileira deve vir acompanhada por um novo sistema de planejamento e modelo tecnológico orientado pelo enfoque ecológico e participativo. Buscar o aumento da produtividade da terra e a produtividade do trabalho, em equilíbrio com o meio

ambiente, preservando as condições da natureza e garantindo a produção de alimentos saudáveis. 6.2. Desenvolver pesquisas e tecnologias agro-ecológicas adequadas aos agro-ecossistemas, que promova a sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental e a elevação da produtividade do trabalho e das terras. 6.2. Desenvolver programas massivos de formação em agroecologia dos camponeses e camponesas e da juventude em todas as regiões do país (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2010, p.44).

A produção prima pela segurança alimentar e é realizada em total equilíbrio com o meio ambiente, por isso dispensa o uso de agrotóxicos e conta com tecnologias limpas que lhe garantem tanto o aumento da produtividade como o direito das gerações futuras em usufruir de boas condições ambientais. Prevê uma organização produtiva agrícola de viés agroecológico e participativo do trabalhador.

Concepção similar é posta por More na sua obra ao descrever que em Utopia são utilizadas tecnologias que otimizam o uso dos recursos naturais, quando menciona que as águas dos rios são distribuídas por canais por boa parte da cidade, e nas áreas em

que esse recurso não chega a opção é fazer a captação da água da chuva, que serve muito bem para o cuidado das atividades diárias (More, 2004, p.52). Como se nota, nesta sociedade precognizada pelo autor temos os benefícios de uma tecnologia que respeita a natureza.

O trecho abaixo clarifica aspectos sobre as relações com o meio ambiente e acesso aos recursos naturais na sociedade visionada pelos militantes Sem Terra.

A terra e todos os bens da natureza, em nosso território nacional, devem estar sob controle social e destinados ao benefício de todo povo brasileiro e das gerações futuras. Para isso devemos lutar para: a) Democratizar o acesso à terra, às águas, à biodiversidade (florestas, fauna e flora), minérios e fontes de energia. b) Impedir a concentração da propriedade privada; c) Estabelecer o tamanho máximo de propriedade da terra; d) Eliminar o latifúndio; e) Garantir a função social do uso, posse e propriedade da terra; f) Assegurar a devolução para o povo de todas as terras, territórios, minérios e biodiversidade hoje apropriados por empresas estrangeiras. g) Demarcar e respeitar todas as áreas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais e tradicio-

nais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2013, p. 35).

No horizonte social ideal do MST, a aquisição de terra deve ser democrática, portanto, cabe coibir a concentração de áreas nas mãos do interesse privado, garantindo a função social da terra e o impedimento da especulação. Os recursos naturais são colocados sempre ao serviço da nação e acessíveis facilmente por todos os seus cidadãos, sendo o Estado o principal guardião. A demarcação das terras indígenas, quilombolas e de demais minorias, para o movimento, deve ser garantida e respeitada.

Acerca das cidades descritas em *Utopia*, More conta que não há em qualquer delas a ambição de expandir território, uma vez que os habitantes de Utopia enxergam a terra como recurso que deve ser destinado ao cultivo e não para servir como mero objeto de posse (More, 2004, p.49). Nesta descrição, é atribuído igual importância e valor à terra enquanto instrumento que está para servir ao bem comum, evitando-se, assim, que seja usada sumariamente para interesses comerciais.

Afinal, que documentos balizadores de um movimento social podem ter



de relação com uma obra literária, e o que isso importa? Cabe ressaltar que ambos se tratam de enunciados postos em circulação, que assumem o papel de questionar a sociedade, a qual os recebe, se por acaso seria possível conceber uma realidade diferente da que a norteia. A utilidade de tal investigação está em elucidar que a partir de tal estudo comparado é possível identificar o discurso contra-hegemônico fluindo em diferentes esferas (ora na literária, ora na luta social), atravessando os séculos, atualizando-se, escapando, encontrando um modo de existir mesmo num meio onde imperam os discursos hegemônicos, e, seguramente, promovendo reflexões que podem impulsionar mudanças culturais de cunho contra-hegemônico.

E aqui entendemos contra-hegemonia a partir de Raymond William (1979, p.116-117), que a entende como formas culturais e políticas diretamente opostas ao poder hegemônico dominante. De tal modo, formas que assinalam rompimentos com uma ordem específica de ver o mundo consagrada como válida e imperativa.

Considerações Finais

A partir deste artigo podemos compreender que, à medida que o MST promove discussões que colocam em evidência os problemas da sociedade atual e a necessidade de superá-los, promovendo o desejo genuíno da construção de um *contraespaço*, movendo interesses e pessoas, está a ir ao encontro do visionar possibilitado pelas utopias que, por sua vez, é promotor de uma força de ação. Assim, o que partiu de uma ação imaginativa pode passar a tomar forma e ter um impacto decisivo na sociedade, promovendo, em menor ou maior proporção, mudanças, que talvez não resulte no alcance do sonhado em um único ato, mas seguramente se afastam do que é velho para aproximar-se de um novo, numa tentativa que é retroalimentada e repleta de avanços e recuos.

A análise realizada neste artigo permitiu reconhecer o MST como um movimento que coloca em circulação uma utopia que versa pela construção de uma sociedade outra, mais igualitária e sustentável. As mudanças ambicionadas pelo movimento vão muito além do contexto rural, uma vez que visam a construção de uma sociedade em que se assegure relações

de produção e trabalho justas e humanizadas; que se prima pelo uso sustentável dos recursos naturais; onde se cultive, efetivamente, o respeito e tolerância às diferenças de gênero, etnia, raça e religião; em que o Estado esteja a serviço do bem-estar do povo em detrimento de interesses econômicos; onde se extinga a desigualdade entre as classes e garanta condições de vida dignas a todas as pessoas, e, sobretudo, que o acesso à educação seja um instrumento de emancipação.

Este estudo comparado permitiu identificar que muitos dos ideais utópicos perseguidos pelo MST não são discursos inéditos, e que já estão em circulação ao longo da história, como se pode compreender a partir dos pontos de similaridade com a obra *Utopia*. Ou seja, são enunciados que têm continuidade, que encontram espaço para existir, derrubando a crítica de que se resumem a pensamentos vãos, e, assim, assumem uma utilidade enquanto contraposição à realidade. O que para nós é uma demonstração de que os discursos contra-hegemônicos, apesar das resistências enfrentadas, encontram frestas e se manifestam, exercendo uma tensão nas relações de poder, a qual é fundamental para produzir estágios sociais em que seja

possível superar, em alguma medida, os padrões eurocêntricos, racializados e neoliberais.

O facto das utopias não serem alcançadas como um princípio mágico, como os seus críticos convencionam cobrar, não implica a sua inutilidade, já que a sua natureza obedece à finalidade de uma linha no horizonte, que tem a sua importância circunscrita no facto de quanto mais me aproximo, mas ela se afasta de mim, mas jamais deixa de existir. Logo, o esforço do MST em oferecer uma ponderação que contesta a sociedade atual e as suas práticas, pode colaborar para um caminho de mudança. Que por tudo que foi visto neste artigo, é exatamente o que parece ser o mais apropriado de se esperar de uma utopia.



Referências Bibliográficas

- BLOCH**, Ernst (1947). *El principio esperanza*. Disponível em: <https://www.academia.edu/4710735/67902232-Bloch-E-El-principio-Esperanza-vol-I-1938-1947>.
- CALDART**, Roseli Salette (2001). “O MST e a Formação dos Sem-Terra: o Movimento Social Como Princípio Educativo”. *Estudos Avançados*. 15(43), 207-224. Disponível em :<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9832>>.
- CAMILO**, Rodrigo (2011). “A Teologia da Libertação no Brasil: das Formulações Iniciais de sua Doutrina aos Novos Desafios da Atualidade”. Apresentação de Comunicação no II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.
- CHAUÍ**, Marilena (2016). “Notas sobre Utopia”. In SOUSA, Cidoval Moraes. *Um Convite à Utopia*. Campina Grande, Paraíba/Brasil: Eduepb. 29-45.
- FOUCAULT**, Michel (2013). *O Corpo Utópico, as Heterotopias*. São Paulo: N-1 Edições.
- MANNHEIM**, Karl (1968). *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MONTENEGRO**, A. T. (2012). “As Ligas camponesas às Vésperas do Golpe de 1964”. In *Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 29(02), 39-416.
- MORE**, Thomas (2004). *Utopia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- MORISSAWA**, Mitsue (2001). *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=5057>.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA** (2010). *MST: lutas e conquistas*. São Paulo: MST.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2013).

Programa Agrário do MST. São Paulo: MST.

STEDILE, João Pedro; **FERNANDES**, Bernardo Mançano (1999). *Brava Gente: a Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

WILLIAN, Raymond (1979). *Marxismo e Literatura.* Rio de Janeiro: Zahar.